

Desafios da certificação orgânica para a agricultura familiar urbana: estudo de caso no estado do Rio de Janeiro

Challenges of organic certification for urban family agriculture: Rio de Janeiro state study case

Joana Mayer Coutada¹, Isabela da Silva Pedro Rochinha¹, Daiane Cecchin^{1*}, Dirlane de Fátima do Carmo^{1*}

RESUMO

Nesse trabalho foi avaliado o processo da certificação orgânica e apontadas possíveis alternativas para fortalecer a produção familiar urbana orgânica. Um questionário online foi aplicado a agricultores urbanos familiares do estado do Rio de Janeiro cadastrados no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos e outros agricultores para identificar as motivações e dificuldades da APU orgânica. Os dados foram analisados pautados nas etapas da certificação realizadas pela Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro – ABIO, que detém a maioria dos registros ativos dos agricultores orgânicos do estado. Concluiu-se que a carência de assistência técnica, a falta de mão de obra e a dificuldade burocrática em obter a documentação legal são fatores limitantes. Assim, a atuação do poder público e iniciativas organizadas por instituições públicas e privadas, se mostram essenciais para fornecer condições e incentivo aos agricultores familiares urbanos no processo de certificação orgânica.

Palavras-chave: Agroecologia; Regulamentação; Periurbana;

ABSTRACT

The aim was to evaluate the process of organic certification and point out possible alternatives to strengthen organic urban family production. An online questionnaire was applied to urban family farmers in the state of Rio de Janeiro registered in the National Registry of Organic Producers and other farmers to identify the motivations and difficulties of organic UPA. The data were analyzed based on the certification steps carried out by the Association of Biological Farmers of the State of Rio de Janeiro - ABIO, which holds most of the active records of organic farmers in the state. It was concluded that the absence of technical assistance, the lack of labor and the bureaucratic difficulty in obtaining legal documentation are limiting factors. Thus, the performance of the government and initiatives organized by public and private institutions, are essential to provide conditions and incentives to urban family farmers in the organic certification process.

Keywords: Agroecology; Regulation; Periurban;

¹ Universidade Federal Fluminense

*E-mail: daianececchin@id.uff.br; dirlanefc@id.uff.br

INTRODUÇÃO

A Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) pode ser entendida como a produção, extração e transformação de produtos agropecuários, praticadas nos espaços intraurbanos ou periurbanos, vinculadas às dinâmicas urbanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades (SANTANDREU; LOVO, 2007). Considerando o crescimento urbano desordenado na maior parte dos países em desenvolvimento, a AUP tem sido apresentada como uma importante ferramenta na construção de cidades mais verdes, capazes de proporcionar segurança alimentar e nutricional, condições adequadas de trabalho e renda, melhor relação com desafios sociais e ambientais e desenvolvimento comunitário (THOMAS; SANSONETTI, 2012). No entanto, de acordo com Savian, Boff e Boff (2020), para que esses benefícios sejam viabilizados, a agricultura urbana deve ser necessariamente baseada nos princípios da agroecologia.

Aquino e Assis (2007) concluem que os sistemas de produção orgânicos com foco agroecológico são os mais adequados à realidade dos agroecossistemas urbanos, já que se caracterizam pela viabilização da agricultura em pequena escala e de base familiar além de aumentar a renda do produtor devido ao valor agregado desse tipo de produto e a ampliação do mercado, facilitando a comercialização. No entanto, destacam que o sucesso da agricultura orgânica urbana depende da garantia do fornecimento de insumos orgânicos, da adequação de novos substratos à produção de mudas, do resgate e preservação de cultivares adaptados às condições locais, da adequação das épocas de plantio e do uso de defensivos alternativos que não sejam poluentes.

A agricultura orgânica teve início como movimento de resistência ao modelo de produção agrícola que faz uso excessivo de agrotóxicos e insumos externos. A garantia de maiores níveis de segurança e saúde para os consumidores e menores impactos sociais e ambientais, faz com que a produção e comercialização orgânica cresça ano após ano no mundo todo. Além disso, a agricultura orgânica é apontada como potencial para o desenvolvimento da agricultura familiar, tendo em vista a possibilidade de ganhos econômicos e da contribuição para segurança alimentar e nutricional sustentável da população, através de alternativas tecnológicas ambientalmente adequadas e compatíveis com diversos sistemas culturais (MAURO; LANDIM; CORDOVA, 2016). Contudo, barreiras e obstáculos encontrados pelos agricultores familiares no processo de certificação atrasam esse avanço e desestimulam os produtores, seja no ambiente rural ou urbano.

Apesar do crescimento da certificação nos últimos anos, ainda há um predomínio da certificação auditada (SOUZA et al, 2019, GALHARDO, SILVA e LIMA, 2018), que ocorre com maior percentual entre produtores com maiores áreas, predominantemente rurais, o que levantou a suposição por Souza et al. (2019) de que estaria associada aos custos elevados da certificação. Galhardo, Silva e Silva (2018) apresentaram a hipótese de que a ausência de assistência técnica dos agricultores e das práticas orgânicas de produção também limitariam a certificação.

No Estado do Rio de Janeiro, de acordo com resultados apresentados no Censo agropecuário de 2017, existem 65.224 estabelecimentos agropecuários, ocupando cerca de 2,4 milhões de hectares, o que equivale a aproximadamente 1,3% dos estabelecimentos brasileiros (IBGE, 2017). Em relação ao uso de agrotóxicos, 75% dos estabelecimentos declararam não utilizar. Em levantamento realizado no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), em julho de 2019, constatou-se que o Estado possuía 796 registros ativos no MAPA, com destaque para a certificação por Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade (OPAC) com 680 registros – o que equivale a cerca de 85% dos registros ativos. A certificação por auditoria (CERTIFICADORAS) contava com 53 registros, enquanto as Organizações de Controle Social (OCSs) contavam com 63 registros (MAPA, 2019).

O objetivo do presente trabalho não é analisar os impactos da pandemia de Covid-19 na agricultura orgânica certificada, no entanto, entende-se a importância da explanação do cenário atual. Em março de 2021, após um ano do início da pandemia, o número total de registros ativos caiu para 555, representando uma queda de 30% em comparação com julho de 2019. Observa-se que os números de registros por Certificadora e por OCS aumentaram aproximadamente 6% e 19%, respectivamente, enquanto os registros por OPAC caíram 38%. Vale ressaltar que apesar de haver crescimento no número de registros ativos por OCS, o número das organizações diminuiu de 9 para 6.

Não há a especificação se os dados apontados acima se referem a agricultura rural ou urbana, no entanto, Maas, Malvestiti e Gontijo (2020) elencam a carência de mão de obra e equipamentos, a falta de assistência técnica e a insuficiência de recursos financeiros como desafios para o desenvolvimento da agricultura urbana orgânica, aspectos que demonstram a fragilidade de políticas públicas adequadas de fomento a esse sistema específico de produção. Ressaltam ainda a falta de estudos e pesquisas referentes às dificuldades e anseios dos agricultores urbanos orgânicos, o que dificulta o estímulo a

essa categoria, apontada como alternativa necessária para a garantia da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável das cidades.

Nesse contexto, aliado à falta de estudos e pesquisas referentes às dificuldades e pretensões dos agricultores familiares urbanos e periurbanos orgânicos e agroecológicos, este trabalho teve o intuito de agregar a esta demanda. Para tal, avaliou-se a viabilidade da certificação orgânica na agricultura familiar urbana e periurbana no estado do Rio de Janeiro. Onde se verificou os principais produtos da agricultura familiar urbana e periurbana e apontaram-se as etapas gerais e as limitações do processo de certificação orgânica aplicada aos produtos da agricultura urbana e periurbana familiar, além de identificar possíveis alternativas.

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho foi realizado a partir da construção do cenário da agricultura orgânica no mundo, no Brasil e no estado do Rio de Janeiro através de pesquisa bibliográfica em artigos científicos, teses e dissertações sobre o assunto, livros, relatórios técnicos, legislação e sites governamentais.

Posteriormente, a pesquisa foi direcionada para buscar o entendimento da realidade e das especificidades dos agricultores familiares urbanos e periurbanos no que diz respeito às características de produção e ao processo de obtenção da certificação orgânica. A base de dados consultada foi Scielo e Google Acadêmico, utilizando as palavras chaves agricultura urbana e periurbana, agricultura familiar, agricultura orgânica, e considerando estudos dos últimos dez anos.

Área de estudo

De acordo com informações da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ), o Estado do Rio de Janeiro possui 92 municípios, divididos em oito Regiões de Governo, conforme a Lei nº 1.227/87 (RIO DE JANEIRO, 1987): Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde (CEPERJ, 2019). O Estado conta com 555 registros ativos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) em 57 dos seus 92 municípios (MAPA, 2021).

Levantamento de dados com agricultores urbanos

Considerando cenário brasileiro de isolamento social devido à pandemia de Covid-19 em 2021, foi elaborado um questionário online através da plataforma Google Forms, para ser respondido pelos agricultores familiares urbanos e periurbanos do estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, é importante ressaltar que a pesquisa só alcançou aqueles agricultores que possuem acesso à internet.

O formulário foi enviado para agricultores cadastrados no CNPO, pesquisadores, grupos e organizações que tinham agricultores urbanos ou que tinham acesso a eles, tais como: monitores do projeto Rede de Hortas Urbanas e Quintais Produtivos, Rede de Agroecologia da UFF e Comissão de Produtores Orgânicos do Rio de Janeiro (CPOrg-RJ). As respostas foram coletadas no período de 26 de março a 10 de abril de 2021.

O questionário continha 50 (cinquenta) perguntas de múltipla escolha, divididas em oito seções: descrição do questionário e coleta de e-mails; identificação dos agricultores; caracterização ambiental da propriedade; características da agricultura urbana e periurbana; características da produção orgânica ou agroecológica; produção e comercialização; projetos e incentivos; e crítica ou sugestão que os agricultores achassem importantes.

Coleta de dados no site da ABIO

Considerando que 76% dos agricultores do Estado com registros ativos no MAPA são certificados por Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade (OPAC) e que a única entidade certificadora desse mecanismo de controle no Rio de Janeiro é a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro – ABIO, foi realizada pesquisa em seu site para apontar as etapas gerais do processo de certificação aplicada aos produtos da agricultura urbana familiar do Rio de Janeiro, tendo como base o Caderno Sistemas Participativos de Garantia (SPG) e o Caderno Regulamentos Técnicos da Produção Orgânica, ambos de maio de 2016 (ABIO, 2016a; ABIO, 2016b).

Análise de dados

A análise dos dados se iniciou com a filtragem das respostas do questionário. Devido à complexidade da conceituação e do entendimento do termo periurbano – local aonde os espaços rurais e urbanos se confundem – foi feita uma pesquisa e análise das imagens de satélite disponíveis pelo Google Maps, consultando os bairros e cidades

indicados nas respostas, levando em consideração o processo de urbanização das localidades e a proximidade com centros urbanos. O segundo filtro aplicado foi relativo à agricultura familiar: foram considerados os agricultores que possuem mão de obra familiar e, no caso daqueles que não possuem, considerou-se os que contratam até duas pessoas para trabalhar na produção. A partir das respostas obtidas pelo questionário, juntamente com informações observadas em artigos científicos, teses e dissertações, foram identificados os principais produtos da agricultura urbana e periurbana familiar.

Para entender as limitações da certificação orgânica para agricultura familiar urbana e periurbana foi realizada uma análise primária das dificuldades particulares encontradas na prática da AUP familiar, com base nas respostas dos agricultores ao questionário e através da pesquisa bibliográfica em artigos, teses e dissertações. Em seguida, utilizando a mesma base de dados, foram elencadas as limitações e dificuldades da prática da agricultura orgânica e do processo de obtenção da certificação, relacionando-as com a realidade da agricultura urbana e periurbana familiar.

Tais informações foram mapeadas e analisadas de acordo com a ferramenta de análise matriz SWOT (ou FOFA), que aborda as Forças (Strength), Fraquezas (Weakness), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats), sendo os dois primeiros fatores internos ao objeto de análise e os dois últimos fatores externos (FRANKENTHAL, 2018).

Por fim, foram apresentadas possíveis alternativas para auxiliar no processo de certificação orgânica para os agricultores familiares urbanos e periurbanos do Estado do Rio de Janeiro, tendo como base exemplos de experiências exitosas aplicadas no Estado e orientações da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) na cartilha “Como criar cidades mais verdes” (THOMAS; SANSONETTI, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Etapas gerais do processo de certificação orgânica pela SPG-ABIO

A ABIO é credenciada pelo MAPA como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) desde dezembro de 2010. O SPG-ABIO é formado pela ABIO e é responsável, perante os consumidores, sociedade e órgãos de fiscalização, pela garantia da qualidade orgânica dos produtos (ABIO, 2021).

Para obter a certificação pelo SPG-ABIO, o agricultor, produtor ou extrativista orgânico deve conhecer o funcionamento da ABIO e do Sistema, para então se integrar a

um dos Grupos do SPG-ABIO, de acordo com o município no qual está localizada a unidade de produção. Em seguida, deve preencher a Ficha de Filiação encontrada no site e enviar por e-mail para a ABIO. Para a primeira avaliação de conformidade, todas as unidades de produção dos membros fornecedores do Grupo deverão receber Visitas de Verificação (ABIO 2021).

As Visitas de Verificação são realizadas pelas Comissões de Verificação dos Grupos, deverão ser previamente planejadas para que haja informações suficientes sobre os itens a serem verificados e seu número não pode ser inferior a raiz quadrada do número de membros fornecedores do Grupo. A Comissão de Verificação deve ter pleno acesso à todas as instalações, registros e documentos das unidades de produção visitadas e às áreas de produção não orgânica da unidade verificada e de outras que estiverem a ela relacionadas. As Visitas de Verificação poderão ser realizadas por amostragem quando da renovação da validade dos Certificados de Conformidade Orgânica, no entanto, nenhuma unidade de produção poderá deixar de recebê-las por dois anos para renovação da validade. Quando houver, na unidade de produção, cultivos ou criações de vários ciclos produtivos durante o ano, atividades extrativistas ou produção paralela em unidades de processamento, deverão ser realizadas, no mínimo, duas Visitas de Verificação, no produtor individual ou no Grupo (ABIO, 2021).

No intervalo entre as Visitas de Verificação, as avaliações da conformidade são verificadas nas Visitas de Pares, além de outros mecanismos de controle social a serem definidos pelo Grupo. As Visitas de Pares são realizadas pelos membros dos Grupos, podendo haver participação de consumidores e técnicos. Todos os membros fornecedores do Grupo deverão receber, no mínimo, uma Visita de Pares a cada dois anos (ABIO, 2021).

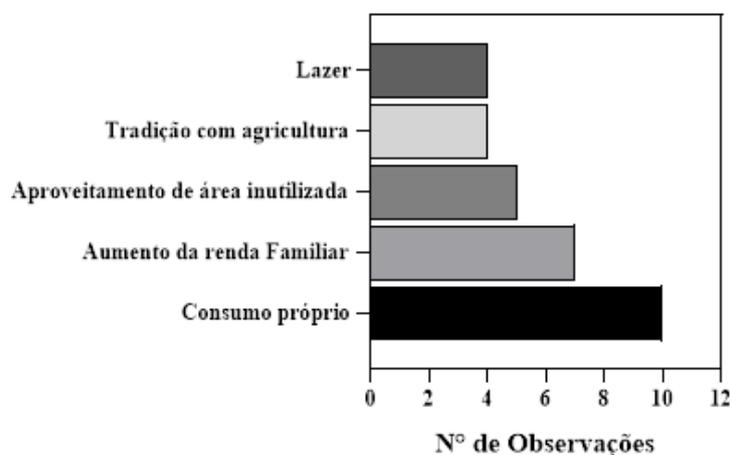
Após as visitas, há uma reunião do Grupo, para avaliar o cumprimento dos regulamentos pelo membro visitado e decidir pelo recebimento ou não do Certificado de Conformidade Orgânica. A decisão do Grupo é avaliada pela Coordenação da ABIO, que confirma se os procedimentos previstos foram cumpridos e se a decisão está de acordo com a legislação, para então emitir o Certificado, que possui validade de um ano. O membro fornecedor pode apelar para o Conselho de Recursos da ABIO, no prazo de 30 dias, caso discorde da decisão tomada. O processo é acompanhado em sua totalidade pelo Diretor Técnico da ABIO (ABIO, 2021).

O valor da contribuição para o SPG-ABIO para agricultores familiares é de R\$55,00 por mês (R\$660,00 por ano), referente a manutenção administrativa da Associação (ABIO, 2021). Segundo informações presentes no site da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) (2021), programa do Ministério do Meio Ambiente que objetiva estimular órgãos públicos a implementar práticas de sustentabilidade, o custo de associação ao SPG-ABIO é de 25% a 50% do custo de certificação por auditoria, porém existem custos indiretos associados à participação em reuniões de núcleos e grupos do SPG, das Comissões de Verificação, à Visita de Pares e outras.

Perfil dos agricultores

O questionário foi respondido por 34 agricultores, sendo que 19 se enquadraram no perfil do presente estudo – agricultores familiares urbanos e periurbanos. Dentre eles, 63% responderam praticar agricultura urbana e periurbana há mais de 5 anos, 16% praticam entre 2 e 5 anos e 21% praticam há menos de um ano. As principais razões que motivaram a prática da agricultura urbana e periurbana podem ser observadas na Figura 1.

Figura 1 – Razões para a prática da agricultura urbana e periurbana (AUP).



Para quase 80% dos agricultores, a agricultura urbana e periurbana não é a principal fonte de renda e o destino de sua produção é o consumo. A comercialização apareceu em 63% das respostas – sendo os vizinhos, as feiras e a internet/redes sociais os principais destinos – enquanto as trocas e/ou doações foram citadas por 32% dos agricultores. Tal cenário é corroborado por Roese (2003) e Zaar (2015), que afirmam que a agricultura urbana e periurbana é destinada prioritariamente à produção de cultivos para

utilização e consumo próprio, sendo o excedente comercializado através da venda direta, em pequena escala e em mercados locais, além de frequentemente não ser atividade de dedicação exclusiva.

Quanto a distribuição territorial dos agricultores que responderam ao questionário, 11 encontram-se na Região Metropolitana do Estado, nos municípios Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Itaguaí, Seropédica e Guapimirim; 4 na Região das Baixadas Litorâneas, em Saquarema; 2 na Região Centro-Sul Fluminense, no município Engenheiro Paulo de Frontin; 1 na Região Serrana, em São José do Vale do Rio Preto; e 1 na Região do Médio Paraíba, em Barra Mansa.

Não houve respostas de agricultores das Regiões da Costa Verde, Norte e Noroeste Fluminense. Na Região Noroeste, apenas dois municípios apresentaram registros ativos no CNPO (MAPA, 2021), sendo que 14 dos 15 registros são certificados pela OCS Agricultores Agroecológicos de Varre-Sai e um deles certificado pelo Instituto Chão Vivo de Avaliação da Conformidade (Certificadora). Na Região Norte, existem 22 registros ativos em dois municípios, sendo 18 deles certificados pela OCS Macaé Orgânico, 3 pelo SPG-ABIO e 1 pelo Instituto Nacional de Tecnologia – INT (Certificadora). Na Região da Costa Verde, existem 18 registros ativos, sendo 13 deles certificados pela OCS Associação Agroecológica dos Produtores Orgânicos de Paraty – AAPOP, 3 certificados pela Certificadora IBD Certificações LTDA, 1 pelo Instituto Nacional de Tecnologia – INT e 1 pelo SPG-ABIO.

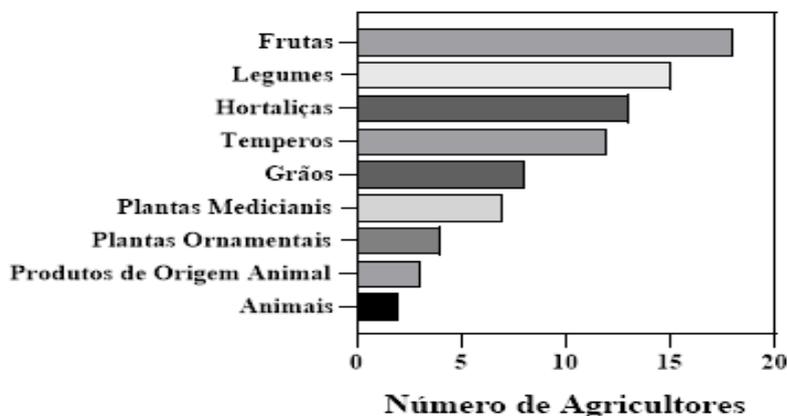
Em relação ao sistema de produção, 74% dos agricultores são orgânicos – sendo 85% certificados, todos pelo SPG-ABIO – e 26% agroecológicos. Considerando o tempo de prática, 58% dos agricultores afirmaram trabalhar com a agricultura orgânica ou agroecológica há mais de 5 anos, 21% entre 2 e 5 anos e 21% atuam nessa área há menos de 1 ano. Vale destacar que dentre os agricultores certificados, 75% deles trabalham com agricultura orgânica há mais de 5 anos e os outros 25% entre 2 e 5 anos. Dentre as principais razões que levaram à escolha da agricultura orgânica, a melhor relação com meio ambiente, melhoria na qualidade dos alimentos, melhoria na saúde e menor risco de contaminação por agrotóxico foram as mais citadas.

Principais produtos da agricultura familiar urbana e periurbana

Os principais produtos citados pelos agricultores podem ser observados na Figura 2. Deve-se ponderar que as PANCs (Plantas Alimentícias Não Convencionais), mudas,

processados, adubo, chá de capim-cidreira, apicultura, piscicultura e cogumelos foram citados por apenas um(a) agricultor(a) cada.

Figura 2 – Principais produtos da agricultura urbana e periurbana



A relevância das frutas e legumes, além das hortaliças, já tinha sido observada por Dias (2018), que destacou também a presença das plantas ornamentais e medicinais. Arruda (2011), Brito (2014) e Barbosa, Souza e Dias (2018) também demonstraram a predominância das frutas, legumes, hortaliças e plantas medicinais no cultivo urbano e periurbano em diferentes locais do Estado. Vale ressaltar que a maior parte da bibliografia encontrada sobre o assunto no que tange o Estado do Rio de Janeiro, refere-se à Região Metropolitana.

Os resultados vão ao encontro do relatado por Thomas e Sansonetti (2012) no documento da FAO “Criar cidades mais verdes”, que ressaltam que a agricultura urbana e periurbana contribui com a emancipação de setores pobres da população urbana e fortalecimento de sua segurança alimentar e nutrição, quando a produção familiar de frutas e hortaliças reduz os gastos com alimentos e produz renda com as vendas. Os autores ressaltam também experiências em países que investiram na produção de alimentos em áreas urbanas e periurbanas como a China, Vietnã e Cuba: mais da metade das hortaliças consumidas em Pequim são provenientes das hortas das cidades; em Hanói e seus arredores são produzidas mais de 150 mil toneladas de frutas e hortaliças por ano; a horticultura urbana e periurbana em Cuba corresponde a 60% da produção hortícola e seus habitantes apresentam consumo per capita de frutas e hortaliças maior do que o mínimo recomendado pela FAO/OMS.

Limitações da certificação orgânica para agricultura familiar urbana e periurbana

Para entender as limitações da certificação orgânica para agricultura familiar urbana e periurbana é importante uma análise primária das dificuldades particulares encontradas na prática da AUP. A falta de mão de obra, a dificuldade de comercialização e a falta de incentivo foram os principais motivos apontados pelos agricultores que responderam ao questionário, conforme demonstrado na Figura 3.

Figura 3 – Dificuldades na prática da agricultura urbana e periurbana (AUP)



O'Reilly (2014), Francisco e Vilela (2018), Carmo et al. (2020) e equipes da AS-PTA (2015) já haviam observado as dificuldades de comercialização e a falta de incentivo – com destaque para a dificuldade de acesso às políticas de absorção da produção como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) – assim como a falta de mão de obra, sendo exposta através de preocupações com a manutenção da nova geração na prática da AUP e com a pressão sofrida por grupos tradicionais pela especulação imobiliária resultante do processo de crescimento urbano, que os afasta da tradição com a produção agropecuária.

Dentre os motivos que incentivaram à prática da agricultura orgânica citados pelos agricultores que responderam ao questionário, o acesso a outros mercados foi citado por mais de 50%. No entanto, fatores como realização do plano de manejo e obtenção da documentação legal foram apontados como dificuldades no processo de certificação. A Figura 4 ilustra os demais fatores citados pelos agricultores.

Figura 4 – Dificuldades do processo de certificação orgânica



Além disso, Carmo et al. (2020) e Maas, Malvestiti e Gontijo (2020) assinalaram a falta de assistência técnica e a insuficiência de recursos financeiros como desafios para o desenvolvimento da agricultura urbana orgânica, apesar de tais fatores não terem sido os de maior relevância nas respostas do questionário.

Alternativas para certificação orgânica para agricultura familiar urbana e periurbana

A agricultura familiar urbana e periurbana, orgânica ou agroecológica, pode ser vista como alternativa essencial no desenvolvimento sustentável das cidades, uma vez que possui benefícios em diferentes aspectos. O programa da FAO “Criar cidades mais verdes” e iniciativas semelhantes de organizações parceiras demonstram que a horticultura urbana e periurbana ajuda a emancipar os setores pobres da população urbana fortalecendo sua segurança alimentar e nutricional, além de ajudar a criar cidades mais verdes que podem enfrentar melhor os desafios sociais e ambientais, desde o melhoramento das favelas e a gestão dos resíduos urbanos até a criação de empregos e o desenvolvimento comunitário (THOMAS; SANSONETTI, 2012). No entanto, de acordo com Savian, Boff e Boff (2020), para que a agricultura urbana possa de fato fortalecer a segurança alimentar e nutricional, viabilizando seus benefícios sociais, econômicos e ambientais, ela deve necessariamente ser baseada nos princípios da agroecologia.

Nesse contexto, a atuação do poder público, em suas diferentes esferas, é de extrema importância para o fortalecimento e expansão da certificação orgânica para a agricultura familiar urbana e periurbana. A instituição da Política Estadual de Apoio à

Agricultura Urbana (Lei nº 8.366/19) e da Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, de Agroecologia e de Produção Orgânica (Lei nº 8.625/19), ambas no ano de 2019, podem ser vistas como o primeiro passo, essencial para o avanço da produção orgânica familiar urbana e periurbana do Estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2019a; RIO DE JANEIRO, 2019b).

Várias ações que merecem destaque no que diz respeito à AUP, alguns exemplos são: apoio aos municípios na definição de áreas aptas ao desenvolvimento da agricultura urbana comunitária e individual, assim como as condicionantes para sua implantação; a viabilização da aquisição de produtos da agricultura urbana para os programas governamentais de aquisição de alimentos – PAA e (PNAE) e o estímulo da manutenção, criação e apoio ao funcionamento de feiras livres e outras formas de comercialização direta entre agricultores urbanos e consumidores. Vale ressaltar ainda que tais ações deverão ter bases sustentáveis, conforme exposto no Art. 1º “Fica instituída a Política de Apoio à Agricultura Urbana do Estado do Rio de Janeiro como parte da política agrícola, em harmonia com a política urbana e voltada para a segurança alimentar e nutricional da população, em bases sustentáveis” (RIO DE JANEIRO, 2019a).

Além do poder público, ações de instituições públicas, universidades, órgãos técnicos e associações também se apresentam como alternativas para inserção de agricultores familiares urbanos e periurbanos na certificação orgânica. A exemplo disso existem projetos como: o Semeando Comunidades Sustentáveis: Tecnologias Sociais, Economia Solidária e Segurança Alimentar e Nutricional, criado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); a Rede de hortas urbanas e quintais produtivos, promovido pela Universidade Federal Fluminense; o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, fruto da articulação de diversos atores, entre eles a ABIO; o Projeto Alimentos Saudáveis nos Mercados Locais, organizado pela AS-PTA; e o Mapa de Feiras Orgânicas, idealizado pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

Análise SWOT da atividade de agricultura familiar urbana e periurbana orgânica no Estado do Rio de Janeiro

As limitações e alternativas foram sintetizadas através da análise SWOT, que elenca fatores internos – forças e fraquezas – e externos – ameaças e oportunidades – da atividade de agricultura familiar urbana e periurbana orgânica e certificada no Estado do Rio de Janeiro, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Matriz SWOT

Forças	Fraquezas
Alimentos frescos e livres de contaminação; Aumento na renda familiar; Diversidade de produção; Melhoria na saúde; Relação positiva com o meio ambiente; Segurança alimentar e nutricional.	Dificuldade em atividades de manejo; Dificuldade em obter a documentação legal; Dificuldade na realização do plano de manejo; Falta de acesso a tecnologia simples.
Oportunidades	Ameaças
Ações e projetos organizados por instituições públicas, universidades, órgãos técnicos e associações; Apoio de governo (local a nacional); Ferramentas online de comunicação para conectar (produtores e consumidores, redes, circuitos curtos); Marcadores alternativos (mercados locais de produtos frescos, vend online, entrega de cestas).	Alto custo do processo de certificação; Dificuldade de acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP); Dificuldade de comercialização; Dificuldade de inserção em políticas públicas (PNAE, PAA); Falta de apoio técnico/ assistência técnica; Falta de incentivo; Falta de mão de obra; Falta de políticas públicas atuantes; Preços de insumos.

O aumento na renda familiar e a segurança alimentar e nutricional proporcionada pela diversidade de produção de alimentos frescos e livres de contaminação, além da melhor relação com o meio ambiente e com a saúde são as principais forças da produção orgânica familiar urbana e periurbana. Por outro lado, a falta de acesso a tecnologias simples e dificuldades nas atividades de manejo, na obtenção da documentação legal para a certificação e na realização do plano de manejo, são apresentadas como fraquezas que podem dificultar o fortalecimento e expansão da atividade.

Em relação aos fatores externos, as ameaças estão relacionadas ao alto custo do processo de certificação e da obtenção de insumos, às dificuldades de comercialização, de acesso ao DAP e às políticas públicas de aquisição de alimentos como PAA e PNAE, à falta de apoio e assistência técnica, de incentivo, de mão de obra e de políticas públicas atuantes. O apoio do governo em todas as suas esferas, as ações e projetos organizados por instituições públicas, universidades, órgãos técnicos e associações, o

compartilhamento de saberes entre agricultores, o uso de ferramentas online de comunicação para conectar pessoas e a existência e consolidação de mercados alternativos como mercados locais de venda de produtos frescos, as vendas online e as entregas de cestas orgânicas são oportunidades que podem auxiliar a ultrapassar as barreiras e obstáculos encontrados no processo de certificação orgânica para agricultura familiar urbana e periurbana.

CONCLUSÕES

Conclui-se que os principais produtos da agricultura familiar urbana e periurbana são as frutas, legumes, hortaliças e plantas medicinais. Isso porque o principal destino da produção da AUP familiar é o consumo próprio, reduzindo os gastos com alimentos, seguido da venda em pequena escala em mercados locais para contribuição na renda familiar. Tais produtos são de extrema importância para a garantia da segurança alimentar e nutricional da população, uma das contribuições de destaque da agricultura urbana e periurbana.

Entre as limitações para a certificação orgânica da agricultura familiar urbana e periurbana que merecem destaque estão a dificuldade de comercialização, a falta de incentivo e a falta de assistência técnica, que se apresentam como ameaças ao seu desenvolvimento e consolidação, e a dificuldade na realização do plano de manejo e na obtenção da documentação legal, apontadas como fraquezas. Tais questões podem ser diretamente relacionadas à falta de políticas públicas direcionadas à agricultura urbana e periurbana que estejam em prática.

Marcos como a instituição da Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana (Lei nº 8.366/19) e da Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, de Agroecologia e de Produção Orgânica (Lei nº 8.625/19), surgem como oportunidades para o fortalecimento e avanço da produção orgânica familiar urbana e periurbana do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, ações e projetos organizados por instituições públicas, universidades, órgãos técnicos e associações também se apresentam como possibilidades para inserção de agricultores familiares urbanos e periurbanos na certificação orgânica. Tais fatores, juntamente com as forças da AUP familiar e orgânica como a diversidade de produção de alimentos frescos e livres de contaminação, o aumento na renda familiar e a segurança alimentar e nutricional corroboram a potencialidade da

certificação orgânica para agricultores familiares urbanos e periurbanos do Estado do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

A3P, 2021 - AGÊNCIA AMBIENTAL NA ADMISNITRAÇÃO PÚBLICA. A3P. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/>> Acesso em: 10 abr. 2021

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES BIOLÓGICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ABIO. **Caderno Sistemas Participativos de Garantia**. Disponível em: <<https://abiorj.org/wp-content/uploads/documentos/caderno-regulamentos-tecnicos-abio.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES BIOLÓGICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ABIO. **Caderno Regulamentos Técnicos da Produção Orgânica**. Disponível em: < <https://abiorj.org/wp-content/uploads/documentos/caderno-spg-mai-16-abio.pdf> >. Acesso em: 11 abr. 2021.

ARRUDA, J. **Agricultura urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: sustentabilidade e repercussões na reprodução das famílias**. 2011. 197 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências, Área de Concentração em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011.

EQUIPE DO PROGRAMA DE AGRICULTURA URBANA - AS-PTA. **Territórios da Agricultura Familiar na Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Disponível em: http://aspta.org.br/files/2015/10/catalogo_PRODUTOS-DA-GENTE_web.pdf. Acesso em: 14 abr. 2021.

BARBOSA, J. S.; SOUZA, R. P. DE; DIAS, A. Agricultura Urbana como atividade promotora da Segurança Alimentar e Nutricional. X Congresso Brasileiro de Agroecologia. **Anais[...]** Brasília: 2018

BRITO, G. B. DE. Agricultura Urbana na Cidade do Rio de Janeiro: Um Estudo de Caso do Bairro de Madureira. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. **Anais[...]** Vitória: 2014

CARMO, D. DE F.; ARAÚJO, L. C. DA S.; HAMACHER, L. DA S.; PAIVA, P. F.; CECCHIN, D. Rede de hortas urbanas e quintais produtivos: experiência no Estado do Rio de Janeiro. XI Congresso Brasileiro De Agroecologia. **Anais[...]** Sergipe: 2020

CEPERJ. **Regiões do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=81>. Acesso em: 31 mar. 2021.

DIAS, M. C. DE O. Agricultura Urbana Na Cidade Maravilhosa: Os Agricultores Familiares Do Maciço Da Pedra Branca. **Revista Idealogando**, v. 2, n. 1, p. 98–110, 2018.

FRANCISCO, D. N.; VILLELA, L. E. Planejamento e políticas públicas para a agricultura perimetropolitana: análises preliminares dos municípios de Itaguaí e Seropédica (RJ). X Congresso Brasileiro de Agroecologia. **Anais[...]** Brasília: 2018

FRANKENTHAL, R. **As 5 principais ferramentas de planejamento estratégico**. 2018. Disponível em: <https://mindminers.com/blog/ferramentas-de-planejamento-estrategico/>. Acesso em: 07 abr. 2021.

GALHARDO, L. R., SILVA, L. F. S., LIMA, A. S. F. Certificação orgânica no Brasil. **Ciência, Tecnologia e Ambiente**, v. 8, n. 1, p. 37-45, 2018.

MAAS, L.; MALVESTITI, R.; GONTIJO, L. A. O reflexo da ausência de políticas de incentivo à agricultura urbana orgânica: um estudo de caso em duas cidades no Brasil. **Cadernos de Saude Publica**, v. 36, n. 8, p. 1–12, 2020.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em 19 mar. 2021

MAURO, F.; LANDIM, P.; CORDOVA, A. **Caderno PRONAF Agroecologia**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016.

O'REILLY, É. D. M. **Agricultura Urbana – Um Estudo de Caso do Projeto Hortas Cariocas em Manguinhos, Rio de Janeiro**. 2014. 87 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia Ambiental, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

RIO DE JANEIRO a. **Lei nº 8.366, de 02 de abril de 2019. Dispõe sobre a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana e dá outras providências**. Rio de Janeiro, 03 abr. 2019.

RIO DE JANEIRO b. **Lei nº 8.625, de 18 de novembro de 2019. Dispõe sobre a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, de Agroecologia e de Produção Orgânica no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 19 nov. 2019.

ROESE, A. D. **Agricultura Urbana**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2003. 4 p. (Embrapa Pantanal. Artigo de Divulgação na Mídia, 36).

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <http://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2021.

SAVIAN, M.; BOFF, M. I. C.; BOFF, P. Agricultura urbana contribui para a segurança alimentar e nutricional no Brasil? O que nos diz a produção científica dos últimos dez anos. XI Congresso Brasileiro De Agroecologia. **Anais[...]** Sergipe: 2020

SOUZA, R. P.; BATISTA, A. P., CÉSAR, A. S. As tendências da certificação de orgânicos no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 27, n. 1, 2019, fev./mai., p. 95-117.

THOMAS, G.; SANSONETTI, G. **Criar cidades mais verdes**. Roma. Itália: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), 2012

ZAAR, M. H. A Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) no Marco da Soberania Alimentar. **Sociedade e Território**, Natal, v. 27, n. 3, p. 26–44, 2015.

Recebido em: 12/09/2022

Aprovado em: 15/10/2022

Publicado em: 19/10/2022